

QUESTÕES EM DISCUSSÃO SOBRE A RÚSSIA DE PUTIN

*Lenina Pomeranz*¹

A Rússia assumiu, neste ano, a presidência rotativa do Grupo dos 8, que tem como foco principal a segurança energética internacional. Como a abertura do *summit* coincidiu com o pico da crise das negociações sobre o fornecimento de gás natural à Ucrânia, na mídia ocidental, além de se considerar as medidas assumidas nessas negociações como uma “represália russa à Ucrânia, por sua adesão ao Ocidente”, foram intensificadas as reiteradas críticas sobre a “estatização da economia russa”. Esta, associada a medidas internas de caráter autoritário adotadas pelo governo russo – assim considerada, inclusive, a lei de controle do financiamento externo às ONGs russas – e a abusos dos direitos humanos na guerra da Tchetchênia, revelariam um retorno ao regime político soviético e, conseqüentemente, uma “falta de democracia” que invalidaria a participação do país no G-7. Com mais argumentos ainda, tendo em vista a posição assumida pela Rússia na questão da energia nuclear iraniana e o convite aos governantes recém-eleitos do Hamas, para visitar o país, numa franca contradição à posição adotada pelos USA e alguns países da União Européia.

Neste quadro já se podem identificar as questões que estão sendo discutidas sobre a Rússia de Putin: estatização da economia russa e falta de democracia, no plano interno; e atuação relativamente independente, no plano internacional. E por que sobre a Rússia “de Putin”? Porque é assim que se intenta distinguir, negativamente, o governo e a atuação do presidente Vladimir Putin, do governo e da atuação do presidente Boris Yeltsin. No primeiro caso, estar-se-ia diante de um antigo coronel da KGB, cuja formação marcaria profundamente o seu procedimento à frente do Estado; no segundo caso, não obstante ser o ex-presidente Yeltsin também formado como *aparatchnick* soviético, sob o seu comando a Rússia teria vivido um período de ampla democracia. Nesta perspectiva, perde-se o fio condutor do processo de transformação sistêmica da Rússia, o qual, implicando um desmonte do sistema político totalitário e de uma gestão diretiva centralizada da economia, criou uma situação de caos social, com base no qual se constituíram interesses particulares de todo tipo, desde os relativos à apropriação do patrimônio estatal até os vinculados ao domínio econômico e político das antigas elites regionais. Esta situação caótica, que pode ser caracterizada mais como uma situação de desordem social, própria dos processos de transformação político-social mais profunda, e não como uma situação propriamente democrática, manteve-se durante toda a gestão Yeltsin e resultou não só numa nova estrutura econômico-social, como num sistema político caracterizado por um poder central débil, com forte influência da oligarquia econômica. Esta oligarquia é representada pelos grupos econômico-financeiros que deram apoio ao presidente na sua re-eleição, como contrapartida à obtenção dos maiores e melhores ativos econômicos do país, num processo de privatização considerado o escândalo do século.²

¹ Professora livre-docente da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), pesquisadora visitante do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP) e membro do Conselho Acadêmico do Grupo de Conjuntura Internacional (Gacint-USP).

² Ver Freeland (2000).

Coube, assim, a Putin, em primeiro lugar, restabelecer o poder central. Para tanto, caminhou por duas linhas bem definidas: buscou restringir a influência ostensiva dos oligarcas econômicos, estabelecendo com eles um acordo, mediante o qual estes deixariam de se imiscuir nos negócios do Estado; e procurou delimitar o poder dos governadores regionais, na sua contraposição ao comando central. Para isto, nomeou sete interventores regionais, cuja missão consistiu em compatibilizar a legislação regional com a central e em controlar o fluxo da arrecadação fiscal entre o poder central e as regiões. Além disso, restringiu os poderes legislativos dos governadores, modificando a representação regional no Conselho da Federação, a câmara alta do Parlamento russo.

Tendo em vista, ainda, a percepção popular de humilhação pelo desmoronamento da URSS e conseqüente perda de prestígio internacional do país, o restabelecimento do poder central foi feito em paralelo às primeiras medidas de restabelecimento da Rússia como nação, por meio da criação de seus novos símbolos: o brasão, com a águia de duas cabeças, lembrando o período imperial, o hino, que manteve a música do hino soviético, mantendo a lembrança desta fase da história russa, e a bandeira tricolor, da nova Rússia. Seguiu-se o périplo de visitas internacionais e, para demonstração de firmeza de decisão, frente a não suficientemente esclarecidos atos terroristas em Moscou e outras cidades russas, atribuídos aos separatistas tchetchenos, o deslanche da segunda fase da guerra da Tchetchênia.

A manutenção do poder central se fez, posteriormente, através dos instrumentos indiretos oferecidos pelas instituições do formal sistema democrático, em manobras de representação eleitoral e utilização do sistema judiciário, que constituíram a assim chamada “democracia administrada” russa. Desta forma, foi assegurado o controle político do Parlamento pelo partido do governo, possibilitando-lhe a aprovação das leis de seu interesse, inclusive emendas constitucionais. E o controle da mídia televisiva e parte da mídia escrita de âmbito nacional. Acrescente-se o julgamento e a condenação de Mikhail Khodorkovsky, presidente da Yukos, uma das maiores empresas petrolíferas da Rússia, sobre o que se discorrerá adiante, e toda a celeuma em torno da regulamentação do financiamento estrangeiro às ONGs russas e ter-se-á a base das críticas sobre a falta de democracia e a tentativa de um retorno ao sistema autoritário soviético.

Na discussão desta questão, além do aspecto destacado acima, de restabelecimento do poder de Estado no processo de transformação sistêmica, cabem ainda algumas outras considerações. Em primeiro lugar, mesmo sendo o poder e o processo político controlados pelo partido do governo, não se está diante de um sistema político monopartidário, existindo outros partidos políticos, entre os quais o Partido Comunista, que competem eleitoralmente e atuam no Parlamento, o que estabelece diferenças significativas em relação ao sistema político soviético. Por outro lado, no que concerne ao controle da mídia, este não afeta alguns importantes jornais de circulação nacional, nos quais é ampla a divulgação de editoriais e opiniões de analistas políticos contrários ao governo, assim como não afeta a produção de milhares de jornais e televisões locais.³ Além disso, mais recentemente, estão sendo exibidas séries televisivas de *Máster e Marguerita*, de Bulgakov, o *Primeiro Círculo*, de Solzhenitzin e do

³ Segundo Nicolai Petro, professor da Universidade de Rhode Island e conselheiro político do Departamento de Estado americano, em artigo calçado em seu depoimento à Comissão Helsinki americana, mais de um terço das estações locais de TV são auto-suficientes financeiramente e o crescimento da produção de jornais, revistas e livros é superior a 10% anuais. *Johnsons Russia List* (n. 42-2006).

Doutor Jivago, de Pasternak, além de outras obras da literatura russa, proibidas durante o regime soviético, no que alguns analistas políticos consideram parte dos esforços do governo para restabelecimento do orgulho nacional russo. Ainda é cedo para afirmar que estes passos significam abertura no controle exercido sobre a TV estatal. De todo modo, contudo, não se está diante do rígido controle político-ideológico vigente no sistema soviético.

A celeuma em torno da regulamentação do financiamento externo das ONGs russas e do funcionamento das ONGs no país, inclusive estrangeiras, relaciona-se com o papel que elas desempenharam nas mudanças de governo na Ucrânia, na Geórgia e no Quirguistão, amplamente apoiadas no financiamento externo. Na opinião de analistas políticos, dificilmente poderia repetir-se, na Rússia, o quadro de mobilização popular feita pelas ONGs na Ucrânia, por várias razões, a não menos importante das quais é o apoio de que goza o presidente Putin no desempenho de seu cargo. A acusação de espionagem, envolvendo um funcionário da embaixada da Grã Bretanha em Moscou, coincidentemente encarregado da distribuição de recursos a várias ONGs russas, evidencia a não-disposição do governo russo de correr riscos.

Em segundo lugar, não se pode desconsiderar que o autoritarismo que marca a gestão política de Putin serve à consolidação da ordem capitalista, qualquer que seja o qualificativo que se atribua a esta ordem. Não se trata somente da dominância da propriedade privada, mas do conjunto de instituições criadas para o funcionamento do sistema de economia de mercado, sujeitas ainda a melhoramentos para o seu eficiente desempenho. E da condução da política econômica segundo os cânones da ortodoxia econômica, pelo ministro do Desenvolvimento e do Comércio e pelo Ministro das Finanças, com eles afinados. O aumento da participação do Estado no setor energético contrariaria estes cânones. Mas esta é uma questão que deve ser considerada sob outra perspectiva, e será tratada mais adiante.

Finalmente, cabe considerar que o presidente Putin goza do amplo apoio popular, expresso nos índices de aprovação de sua gestão nas pesquisas de opinião pública, que variam em torno e acima dos 70%, não obstante os tristes episódios de afundamento do submarino Kursk, da morte de reféns em um teatro em Moscou, durante as operações de seu resgate e da morte de crianças durante outra operação de resgate, desta vez num assalto perpetrado por terroristas tchetchenos a uma escola em Beslan, na Ossétia do Norte. Este apoio, segundo analistas políticos, derivaria do restabelecimento da “ordem” e do orgulho nacional, tão ferido com a humilhação do desmoronamento da URSS; além, naturalmente, da marcante melhoria do padrão de vida da população, possível com o bom desempenho da economia proporcionado pelos preços internacionais do petróleo, principal produto de exportação da Rússia.

Sobre a estatização da economia russa, iniciada com a agressiva atuação do governo contra Mikhail Khodorkovsky, proprietário da Yukos, ela deve ser considerada, como foi dito acima, do ponto de vista géo-estratégico. Menos como um retorno ao passado soviético, o controle estatal do setor energético faz parte do esforço de inserção internacional da Rússia, desta vez não através da ameaça nuclear, mas do papel que pode desempenhar no suprimento energético, no quadro da instabilidade política que marca os demais países produtores de petróleo. É este papel que lhe permite, de certa forma, a atuação soberana no cenário político internacional, em defesa dos interesses nacionais russos, tanto no plano econômico, quanto no plano geopolítico, frente ao que considera incursões pouco

amigas dos Estados Unidos e da União Européia, por meio da Organização do Tratado do Atlântico-Norte (OTAN) ou diretamente, em áreas consideradas de sua influência política, a despeito de uma primeira fase de cooperação irrestrita no combate internacional contra o terrorismo, após o 11 de setembro dos Estados Unidos. E é nesse plano que se colocam a proposta de tratamento do urânio em *joint venture* com o Irã – em território russo e respeitadas as regras de controle internacional da tecnologia nuclear – e o convite aos governantes eleitos do Hamas para visita à Rússia e estabelecimento de colaboração bi-lateral – assegurados o direito de Israel à existência como Estado e o respeito aos acordos de paz assinados pela Autoridade Palestina, surgidos com o apoio da Rússia como membro do grupo quadripartite do qual fez parte.

O caso Yukos, como ficou conhecido, foi, e de certa forma ainda continua sendo, objeto de grande celeuma; especialmente porque no processo de sua apropriação viu-se mais uma atuação política de Putin, no sentido de eliminar um eventual concorrente nas eleições presidenciais de 2008, que propriamente o desejo do Estado de acertar contas com um grande fraudador fiscal. Com efeito, Khodorkovsky anunciou, em alto e bom tom que, além da formação de pessoal e de obras de natureza social por ele desenvolvidas nas áreas de atuação das diversas plantas da empresa, ele pretendia, após a concretização da *joint venture* pela qual ele transferiria 50% de suas ações para a Texaco e a Exxon, dedicar-se à política. E durante as eleições para o Legislativo russo, financiou candidatos de oposição de todos os partidos, entre os quais se encontrava um de seus diretores, membro do Partido Comunista. Estas circunstâncias explicam, talvez, por que a escolhida para a operação de controle do setor energético fosse a Yukos e não outra das várias empresas produtoras de petróleo, uma delas, aliás, associada à British Petroleum. E a maneira como a liquidação da Yukos se fez, mediante a utilização da Rosneft e da Gazprom, empresas estatais a cuja testa encontram-se pessoas do governo e da confiança pessoal do presidente Putin, aduziram à celeuma, a tese de que se tratou de uma manobra para assegurar aos *siloviki* (assim chamados os antigos colegas dos serviços de segurança, trazidos pelo Presidente Putin, para o governo), a parcela da propriedade estatal que não obtiveram durante o processo de privatização da propriedade realizado pela gestão Yeltsin. Além disso, Khodorkovski encontra-se atualmente cumprindo pena de nove anos de prisão, em região remota da Sibéria, por crime de sonegação fiscal.

Tudo isso encobriu a questão estratégica, que foi ficando mais nítida à medida que se efetuava o fortalecimento da Gazprom, como monopólio da produção e exportação de gás natural, e com as operações de compra de ações da Sibneft, indicando a expansão de suas atividades para o setor petrolífero. Tornou-se também mais clara com a ruptura das negociações, que já duravam meses, em torno do preço do gás fornecido à Ucrânia e da tarifa a ser paga pela Rússia pela utilização dos gasodutos situados na Ucrânia, para suprimento do gás à Europa Ocidental. A Rússia fornecia o gás à Ucrânia, com enorme subsídio (50 dólares por mil metros cúbicos versus 230 dólares pagos pela mesma unidade de gás nos países da Europa Ocidental) e os serviços de trânsito de gás através da Ucrânia eram pagos na forma de *barter*, ou seja, através de formas não monetárias de pagamento. Ao mesmo tempo, a Ucrânia acumulou entre 1994 e final dos anos 1990, uma dívida de 1,5 bilhão de US\$ por gás subtraído do volume transitado para a Europa Ocidental e consumido no país. Em março de 2005, portanto depois das eleições presidenciais na Ucrânia, que resultaram na chamada Revolução Laranja, num encontro entre os presidentes dos dois países ficou acordado que as relações entre eles, no tocante

ao gás natural, passariam a realizar-se de forma transparente, na base do mercado. Ou seja, seriam liquidadas as operações de *barter* e os preços do gás passariam a ser ditados pelo mercado. No impasse criado nas negociações sobre este preço, ocorridas no final de 2005, a Rússia chegou a interromper o suprimento de gás natural para a Ucrânia, com isto interrompendo também o suprimento do mesmo à Europa Ocidental, em pleno inverno. Na avaliação de um analista político Peter Zeihan, em trabalho divulgado através da Internet, o impasse provocado pelo que ele chama de "complexo de não vulnerabilidade [da Ucrânia] encorajado pelos americanos" demonstrou a habilidade de tornar perigoso o bem estar econômico e pessoal da Europa. O que levaria os europeus a levar em consideração os interesses russos na Ucrânia, numa posição, de certa forma antagônica à americana; e com isso a dar à Rússia a possibilidade de exercer um tipo de política que lhe pode dar uma chance de luta para recuperar o que perdeu em estatura geopolítica nos últimos 15 anos.

No começo de janeiro, as partes russa e ucraniana chegaram a bom termo⁴ e a retórica do governo russo, na expressão do seu Ministro de Energia, ao mesmo tempo em que considera indivisível o significado econômico e político da questão energética, refuta as críticas à utilização política dos recursos energéticos do país. Segundo ele⁵, a política energética da Rússia é conduzida tendo em vista o objetivo de "segurança energética global", tema que constitui, como se disse acima, o foco do *summit* do G.8 e com a qual a Rússia pensa poder contribuir efetivamente, dado o seu papel como grande produtor e consumidor de energia. Para garantir a segurança de seu suprimento de gás à Europa, e eliminar a dependência de uma única rota de trânsito, é que se programou a construção do gasoduto norte-europeu, através de um consórcio russo-alemão, presidido pelo ex-chanceler da Alemanha Gerhard Schroeder. Na implementação dessa política também não está descartada a participação do capital estrangeiro, *pari passu* ao fortalecimento do controle estatal. Segundo ainda o Ministro Victor Khristenko, o Ministério de Energia está elaborando uma lei que estabelece as condições de participação do capital estrangeiro nos setores estratégicos da economia russa, pretendendo enviá-la para apreciação do Parlamento no próximo mês de março.

Na questão da estatização da economia, são apontadas ainda outras tentativas do governo Putin nesta direção, como a do setor automobilístico e do setor de aeronáutica. As notícias são ainda vagas, mas se trata aparentemente de um esforço de modernização de dois setores considerados importantes para a diversificação econômica do país, com a realização de fusões e *mergers* em que se incluem empresas de capital estrangeiro. Dado o sentido neo-liberal da condução da política econômica e as divergências que grassam no governo a seu propósito, estas tentativas poderiam indicar o parecer dos partidários da necessidade de intervenção estatal para contornar os riscos da "doença holandesa" e criar estímulos para o crescimento diversificado da economia russa. Só um

⁴ Nos termos do acordo assinado em 4 de janeiro de 2006, o suprimento de gás natural à Ucrânia será feito através do consórcio Rosukrenergo, formado pela Gazprom russa, Naftogaz Ukrainy, Gazprombank e Raiffeisenbank, um banco austríaco, no qual a Gazprom tem participação acionária. O preço do gás para a Ucrânia foi estabelecido em 95 dólares por 1000 metros cúbicos, na fronteira russo-ucraniana – ainda inferior aos 230 dólares pagos pelos países europeus ocidentais –, tornado possível por um outro acordo firmado pela Gazprom com os fornecedores de gás da Ásia Central à Rússia. A tarifa de trânsito do gás russo à Europa Ocidental nos gasodutos situados em território ucraniano passaram de US\$ 1.09 para US\$ 1.60 por mil metros cúbicos por 100 quilômetros de gasoduto. (*BOFIT Weekly*, n. 1, 05-01-2006).

⁵ Entrevista concedida a *Russia Profile*, em 06 de fevereiro deste ano. (*Johnson 'S Russia List*, n. 36-2006).

acompanhamento e uma análise mais acurada das intenções e ações nesta direção permitirão avaliar se é disso que efetivamente se trata.

Em síntese, são essas as questões mais discutidas sobre a Rússia de Putin. Elas não estão desligadas, naturalmente, da questão eleitoral, sabendo-se que deverão ser realizadas em 2008 as eleições para a presidência do país e que Putin, tendo já exercido dois mandatos, está impedido, pela Constituição russa, de obter um terceiro mandato. Mas este é um tema específico, que foge aos limites do presente artigo.⁶

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FREELAND, Chrystia. *The sale of the century*. New York: Crown Publishers, 2000.

⁶ Para este tema específico, ver *Panorama da Conjuntura Internacional*, boletim do GACINT – Grupo de Análise da Conjuntura Internacional, da USP, n. 28, dez. 2005/abril 2006.